

Avaliação Ambiental Estratégica Da 2.ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Santa Maria da Feira

Resumo Não Técnico



santa maria da feira câmara municipal

Data: Novembro de 2025

Título: Resumo Não Técnico do Relatório Ambiental da Avaliação Ambiental Estratégica da 2.ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Santa Maria da Feira

Coordenação: Ruben Jorge; SIA, Lda.

Equipa Técnica:

António Frutuoso

Davide Fernandes

Manuel Silva

Paulo Alves

Rita Noronha

Elementos do Departamento de Urbanismo, Planeamento, Transportes e Mobilidade da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira

1.- Introdução

Este documento constitui o Resumo Não Técnico (RNT) do Relatório Ambiental produzido no âmbito da Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) da 2^a revisão do Plano Diretor Municipal (PDM) de Santa Maria da Feira (PDMSMF). Apresenta como principal finalidade apresentar, de forma objetiva e sucinta, utilizando uma linguagem acessível e não técnica, uma síntese dos principais objetivos e conclusões da Avaliação Ambiental Estratégica realizada no contexto da 2^a revisão do Plano Diretor Municipal de Santa Maria da Feira (PDMSMF), permitindo que este seja compreendido por todos os cidadãos.

O processo de avaliação ambiental da 2^a revisão do PDMSMF encontra-se previsto na legislação em vigor, nos termos do Decreto-Lei nº 80/2015, de 14 de maio, o PDMSMF é sujeito a avaliação, tal como definido no nº 2 do artigo 97º, através da apresentação do Relatório Ambiental, do qual o presente documento constitui um resumo não técnico – RNT.

A Câmara Municipal de Santa Maria da Feira (CMSMF), ao promover a 2^a revisão do PDM, submeteu no ano de 2020 a várias entidades com responsabilidade em matéria de ambiente um Relatório de Fatores Críticos (RFC), onde referia a metodologia e o âmbito da avaliação ambiental que iria efetuar na revisão do PDM.

O Relatório Ambiental destacou determinados FCD (devidamente identificados no RFC anteriormente apresentado) que constituíram temas de relevante importância no processo de planeamento do território subjacente à revisão do PDMSMF documento que passou a incorporar as recomendações das entidades consultadas, sobretudo ao nível dos FCD e dos indicadores. Tendo por base os objetivos ambientais considerados importantes, os critérios de avaliação e os indicadores estratégicos respetivos foi possível estudar de que modo a 2^a revisão do PDMSMF iria interferir com o meio ambiente.

O RNT apresenta e destaca os resultados mais relevantes do Relatório Ambiental da revisão do PDMSMF.

2.- Descrição Sucinta do Plano Diretor Municipal de Santa Maria da Feira

O PDMSMF assume-se como um instrumento de gestão territorial que visa implementar ações que tenham por objetivo o desenvolvimento social e económico numa perspetiva ambientalmente sustentável. A 2^a revisão do PDM constitui assim uma oportunidade de melhoria e encontro de novas fórmulas/modelos de atuação no contexto da classificação e uso do território que atualmente se impõe. A 2^a revisão do PDMSMF inscreve-se assim no entendimento de um planeamento como processo contínuo de avaliação e adaptação dos instrumentos de planeamento urbanístico à realidade do município em transformação. O planeamento efetuado e experiência obtida na aplicabilidade do PDMSMF durante os últimos anos conduziram à revisão do mesmo.

2.1.-Enquadramento do Território

O município de Santa Maria da Feira pertence à denominada Região do Entre Douro e Vouga (NUT III) e encontra-se situado na confluência de um importante conjunto de vias de comunicação, garantindo-lhe proximidade aos grandes centros urbanos do Porto, Aveiro e Coimbra. A cidade de Santa Maria da Feira cumpre na actualidade, em relação ao concelho a que dá o nome, a função de centro administrativo de uma vasta zona geográfica, documentada desde as épocas mais remotas como Terras de Santa Maria.

O território abrangido pelo PDMSMF corresponde à totalidade da abrangência do município de Santa Maria da Feira (Figura 1 e Figura 2).

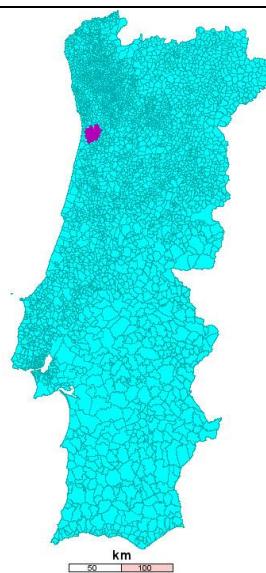


Figura 1: Enquadramento do município de Santa Maria da Feira em Portugal Continental

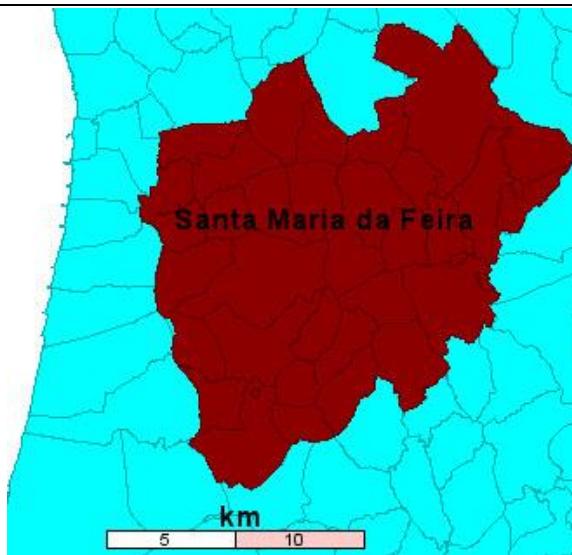


Figura 2: Enquadramento de Santa Maria da Feira no distrito de Aveiro

O concelho de Santa Maria da Feira constitui um dos 19 municípios do distrito de Aveiro e tem uma população de cerca de 136.674 habitantes (CENSOS; 2021). Localiza-se na NUT II – Região Norte de Portugal, NUT III – Entre Douro e Vouga, e com uma densidade populacional de 633.1 habitantes/km² em 2021. A região do Entre Douro e Vouga confina a Norte com o Grande Porto e o Tâmega, a Este com Dão-Lafões e a Sul e a Oeste com o Baixo Vouga.



Figura 3: Mapa Administrativo de Santa Maria da Feira (Lei nº 25-A/2025, se 13 de março)

Situada a sul do Rio Douro, a cidade de Santa Maria da Feira assume uma enorme importância no desenvolvimento do distrito de Aveiro e constitui uma realidade administrativa que se destaca entre os seus congêneres, tanto pela força histórica do seu passado milenar como também pelo vigor com que desafia os tempos modernos. Economicamente, o concelho caracteriza-se por ter um setor secundário fortemente industrializado: é sede do maior centro mundial de transformação de cortiça, evidencia uma grande concentração de indústrias do calçado e acolhe ainda diversas áreas de grande vitalidade económica, como as indústrias de papel, metalomecânica e de artigos para bebé.

A par desta dinâmica, Santa Maria da Feira tem sido, nos últimos anos, palco de uma poderosa corrente de inovação e modernidade, o que se consubstancia na implementação de um diversificado conjunto de estruturas vocacionadas para o ócio, bem-estar, saúde e lazer. Propicia assim, tanto aos seus habitantes como àqueles que a visitam, uma grande qualidade de vida e novos conceitos de quotidiano. Como sinal e fruto dos tempos modernos, o concelho cresce concentrando em si

mesmo todas as infraestruturas e serviços indispensáveis para a vida moderna, sem deixar, por isso, de coexistir, pacífica e harmoniosamente, com o seu monumental passado histórico.

A 2.ª revisão do PDMSMF inscreve-se assim no entendimento do planeamento como processo contínuo de avaliação e adaptação dos instrumentos de planeamento urbanístico à realidade do município em transformação. Desse modo, esse planeamento aliado à experiência conferida pela aplicabilidade do PDM durante os últimos anos levaram a avançar para esta revisão. Também o novo enquadramento jurídico dos instrumentos de gestão territorial, nos quais se inclui o PDM, leva a que haja uma necessidade de uma nova abordagem em moldes mais diversos e, nalguns aspectos, mais exigentes do que os prosseguidos nos planos anteriores.

De referir, ainda, a necessidade de articulação do PDM com as estratégias municipais de desenvolvimento, bem como os planos territoriais de nível inferior (planos de urbanização e de pormenor) que, sem questionar o seu modelo de ordenamento anterior, lhe confira uma maior operacionalidade, capaz de enquadrar as dinâmicas de todos os agentes, assegurando um equilíbrio fundamental no concelho.

2.2.–Definição do Objeto de Avaliação

A proposta de revisão do PDMSMF surge da oportunidade de atualização deste instrumento de planeamento de acordo com a evolução observada no concelho desde a data do último exercício (2015). A 2.ª revisão do PDMSMF é entendida como um processo contínuo de avaliação, adaptação e mesmo de evolução dos instrumentos de planeamento territoriais à realidade de um concelho, de uma região e de um país em transformação e em prol do desenvolvimento sustentável. O processo de revisão naturalmente incorpora o novo enquadramento legal dos instrumentos de gestão territorial. Este processo compreende igualmente a articulação desta ferramenta de gestão territorial com as estratégias nacionais e regionais de desenvolvimento assim como com planos territoriais de nível inferior existentes, na tentativa de conferir uma maior operacionalidade e integração entre todos os agentes envolvidos neste processo.

A 2.ª revisão do PDMSMF assume-se como um instrumento de gestão territorial que visa implementar ações que tenham por objetivo o desenvolvimento social e económico numa perspetiva ambientalmente sustentável. A revisão do PDMSMF inscreve-se assim no entendimento de um planeamento como processo contínuo de avaliação e adaptação dos instrumentos de planeamento urbanístico à realidade do município em transformação. O planeamento efetuado e experiência obtida na aplicabilidade do PDMSMF durante os últimos anos conduziram à revisão do mesmo. Todavia, e não obstante o referido, o novo enquadramento jurídico dos instrumentos de gestão territorial acrescenta a necessidade de uma nova abordagem em moldes mais diversos e, nalguns aspectos, mais exigentes do que os prosseguidos anteriormente.

Com base no exercício anteriormente realizado, foi atualizado o levantamento do quadro de referência estratégico sobre o qual o PDMSMF será enquadrado. Do cruzamento do quadro de referência estratégico com os objetivos estratégicos do PDMSMF e os fatores ambientais pertinentes resultam os fatores críticos de decisão. Paralelamente, foram levantadas as principais questões ambientais associadas que incluem o impacto no meio natural, no património e na paisagem assim como questões sociais e de promoção do desenvolvimento económico.

2.3.-Objetivos e Linhas Fundamentais do Plano Diretor Municipal de Santa Maria da Feira

O PDMSMF estabelece as orientações e as políticas públicas municipais de solos, de ordenamento do território e de urbanismo para o desenvolvimento sustentável do município, numa ótica de coesão territorial.

2.3.1.- Objetivos Gerais

Constituem objetivos gerais do PDMSMF:

- Afirmção do município de Santa Maria da Feira no contexto da Área Metropolitana do Porto;
- Delinear o modelo urbano que a autarquia promove na sua componente de ordenamento territorial;
- Integração das estratégias concelhias na realidade da região e do país;
- Adequação do planeamento ao ritmo dinâmico de transformação da realidade, ajustando as propostas à especificidade local;
- Construção de um instrumento ativo potenciador de desenvolvimento sustentável.

2.3.2.- Objetivos Estratégicos

Os Objetivos Estratégicos (OE) associados ao PDMSMF assentam em cinco vetores de atuação conforme seguidamente detalhado:

OE 1. Qualificação ambiental:

OE 1.1. Adaptação e mitigação dos impactes provenientes das alterações climáticas;

OE 1.2. Proteção das áreas do território municipal que, pela sua raridade, fragilidade e importância, mereçam ser objeto de salvaguarda especial;

OE 1.3. Promoção dos valores culturais e naturais através da valorização da componente turística do município enquanto fator de desenvolvimento territorial.

OE 2. Qualificação urbanística:

OE 2.1. Consolidação e qualificação da malha urbana, através do planeamento urbanístico programado, valorizando a reabilitação urbana e a colmatação dos espaços;

OE 2.2. Promoção da coesão do espaço urbano.

OE 3. Estímulo económico:

OE 3.1. Reforço e captação de novas atividades empresariais e económicas no concelho;

OE 3.2. Diversificação e complementaridade das áreas de atividade económica.

OE 4. Mobilidade e transportes:

OE 4.1. Fomentar o melhoramento das condições de acessibilidade e o acesso a uma mobilidade mais articulada e sustentável;

OE 4.2. Procurar alternativas sustentáveis no território.

OE 5. Governança:

OE 5.1. Promover a construção coletiva do território através da participação de entidades públicas e privadas no processo de planeamento;

OE 5.2. Promover as políticas municipais de desenvolvimento territorial, num âmbito regional, nacional e internacional.

De acordo com o referido, a proposta de revisão do PDMSMF integra-se numa perspetiva de desenvolvimento regional e procura dar uma resposta integrada aos problemas existentes e identificados no âmbito da vigência do PDM antecessor e numa perspectiva de continuidade.

3.- Breve Descrição Metodológica

A avaliação ambiental estratégica do PDMSMF teve por base a definição de Fatores Críticos para a Decisão (FCD) que permitiram circunscrever o exercício de avaliação. Os Fatores Críticos foram identificados tendo por base a análise integrada dos elementos seguintes:

- Quadro de Referência Estratégico: inclui as grandes orientações das políticas adotadas, tanto ao nível nacional, europeu e internacional. Refere igualmente os objetivos e metas de longo prazo estabelecidos no que refere às questões associadas ao ambiente e à sustentabilidade;
- Questões Estratégicas: correspondem aos objetivos estratégicos fundamentais do objeto e a suscetibilidade deste ter consequências/inter-relações em matéria de ambiente; e,
- Fatores Ambientais: domínios ambientais pertinentes para a avaliação pelo que a sua seleção resultou do alcance e escala do objeto avaliado.

Os Fatores Críticos para a Decisão (FCD) englobam os Fatores ambientais expostos na alínea e do n.º 1 do Artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho (efetuou a transposição para o direito interno nacional a Diretiva 2001/43/CE, de 27 de junho). Tendo por base a análise efetuada foram mantidos do anterior exercício de AAE os seguintes FCD:

- **Desenvolvimento Social e Humano** – interação da revisão do PDMSMF no desenvolvimento de dinâmicas sociais positivas, na melhoria da qualidade de vida e conforto dos municípios;
- **Desenvolvimento Económico** – interação da revisão do PDMSMF no desenvolvimento de dinâmicas económicas positivas associadas à valorização do turismo no município, transações comerciais, riqueza produzida e reforço do poder e tecido empresarial;
- **Coesão Territorial** – interação da revisão do PDMSMF na coesão do uso do solo no território municipal;
- **Qualidade Ambiental** – influência da revisão do PDMSMF sobre a qualidade da água e sua circularidade, a qualidade acústica e atmosférica, as alterações climáticas, o solo e o respectivo uso, a paisagem e a biodiversidade nas suas componentes alusivas à flora e vegetação, fauna, floresta e serviços dos ecossistemas associados;
- **Património e Paisagem** – interação da revisão PDMSMF sobre as existências patrimoniais e edificado com interesse assim como sobre o património Natural.

A esta lista foi adicionado o seguinte FCD:

- **Riscos Naturais e Tecnológicos** – interação da revisão PDMSMF sobre os riscos naturais e tecnológicos.

3.1.-Relação entre Fatores Críticos para a Decisão e Fatores Ambientais

Os fatores ambientais pretendem exprimir o âmbito relevante para a AA e definem-se com base nos fatores estabelecidos pelo Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho. Por outro lado, os FCD

constituem fatores de avaliação que resultam da integração entre os fatores ambientais, as QE e o QRE. A Tabela 1 apresenta a inter-relação entre os fatores críticos selecionados e os fatores ambientais.

Tabela 1: Inter-relação entre fatores ambientais e fatores críticos

Fatores Ambientais (Decreto-Lei n.º 232/2007)	Fatores Críticos
População, Saúde Humana e Bens Materiais	Desenvolvimento Social e Humano
Bens Materiais e População Humana	Desenvolvimento Económico
Solo, Bens Materiais e População Humana	Coesão Territorial
Biodiversidade, Solo, Água, Ruído, Atmosfera e Alterações Climáticas	Qualidade Ambiental
Paisagem, Património Cultural, Biodiversidade, Bens Materiais, Saúde Humana e População	Património e Paisagem
Biodiversidade, Solo, Água, Ruído, Atmosfera e Alterações Climáticas	Riscos Naturais e Tecnológicos

3.2.-Quadro de Referência Estratégico

Para a definição do QRE foram analisadas as políticas, programas e planos que enquadram estrategicamente o PDMSMF e para o qual estabelecem objetivos e metas de sustentabilidade. A Tabela 22 apresenta a lista de instrumentos de política e planeamento identificados adotados para o QRE e a sua relação de relevância com os FCD preconizados.

Além de apresentar o QRE adotado pretende-se igualmente neste ponto realizar um enquadramento prospetivo e estratégico do município de Santa Maria da Feira. O enquadramento prospetivo não engloba apenas a relação do município para com as grandes questões e visões nacionais, mas também em relação às características do território e da população bem como das inter-relações entre o município e os municípios/regiões vizinhas.

A Tabela 2 apresenta o principal Quadro de Referência Estratégico adoptado no âmbito desta AAE.

Tabela 2: Principal Quadro de Referência Estratégico Adoptado

Instrumento Estratégico Relevantes/FCD	PRR / Portugal 2020 / Portugal 2030	Plano Regional de Ordenamento do Território do Norte – PROTIN	Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável 2005–2015 (ENDS) / Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável	Plano Estratégico Nacional de Turismo (PENT)	Plano Estratégico de Transportes e Infraestruturas 2014 – 2020 (PETI3+, 2014)	Plano Rodoviário Nacional (PRN2000)	Plano Estratégico dos Resíduos Urbanos 2020+ (PERSU2020+)	Estratégia para o Setor de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais 2020 (PENSAAR)	Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade 2030 (ENCNB, 2018)	Estratégia Nacional para as Florestas (ENF, 2006)	Plano Municipal de Defesa da Floresta (PMDF)	Plano Nacional Energia e Clima 20230	Plano de Gestão da Bacia Hidrográfica do Rio Douro (PBHRD)	Plano de Gestão da Bacia Hidrográfica do Rio Vouga (PBHRV)	Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território (PNPOT, 2019)	Programa Nacional para as Alterações Climáticas (2020/2030)	Roteiro para a Neutralidade Carbonética 2050 (RNC2050)
Desenvolvimento Social e Humano	X	X	X	X	X	X	X	X		X	X				X	X	X
Desenvolvimento Económico	X	X	X	X	X	X	X	X		X	X	X			X	X	X
Coesão Territorial	X	X	X	X	X	X				X	X				X		
Qualidade Ambiental	X		X		X	X	X	X	X	X	X	X	X		X	X	X
Património e Paisagem	X	X	X	X						X	X	X					
Riscos Naturais e Tecnológicos	X	X	X							X	X	X	X	X	X	X	X

Resumidamente, a Tabela 2 demonstra a correlação entre os vetores estratégicos e os planos e programas em vigor, verificando-se que a revisão PDMSMF, como instrumento de gestão territorial e os seus objetivos estratégicos e gerais estão, de forma transversal, em harmonia com os diversos planos que prevalecem sobre este e que deve integrar e com os que se deve articular, o que traduz uma preocupação do mesmo com o desenvolvimento socioeconómico e sustentabilidade do território.

Dada a dimensão estratégica do exercício e da necessidade do planeamento da ocupação do território prever as futuras solicitações ambientais, económicas e sociais, foram definidas, para cada Fator Crítico, as respetivas tendências e evolução perspetivada. Essa definição foi efetuada através da análise SWOT (*Strengths* – forças; *Weaknesses* – fraquezas; *Opportunities* – oportunidades; e, *Threats* – ameaças) que constitui uma ferramenta de diagnóstico estratégico que permite analisar os pontos fortes (forças), pontos fracos (fraquezas), as oportunidades e as ameaças. A identificação de

efeitos ambientais e respetiva avaliação baseou-se na determinação das potenciais relações entre o planeamento preconizado no PDMSMF (propostas que traduzem as Questões Estratégicas) e os diferentes objetivos e indicadores associados aos Fatores Críticos. As relações descritas constituem interações/efeitos potenciais e que podem ser consideradas como positivas, nulas (ou muito ténues) e negativas. Tanto as interações positivas como as negativas são representadas por cores e possuem magnitude variável: + + + / - - - (bastante); + + / - - (média); e, + / - (pouco). A Tabela 3 mostra a tipologia destas interações.

Tabela 3: Tipologia das interações/efeitos

Natureza da Interação	Negativa			Nula	Positiva		
Magnitude	---	--	-	0	+	++	+++

3.3.-Critérios e Objetivos

De modo a proceder à avaliação das propostas do PDMSMF foram definidos critérios e objetivos. Os critérios dizem respeito às questões pertinentes relativamente a cada um dos FCD e permitem focar o Objecto/componente de avaliação. Por outro lado, os objetivos constituem objetivos de sustentabilidade e resultam do entendimento do QRE adotado. Os critérios e objetivos para cada um dos FCD têm como finalidade delimitar a AAE. A Tabela 4 mostra a relação entre os critérios e os objetivos.

Tabela 4: Relação entre os Fatores Críticos para a Decisão, os critérios e os objetivos a atingir

Fator Crítico para a Decisão	Critérios	Objetivos
Desenvolvimento Social e Humano	Aspectos Demográficos	Criar condições que promovam a fixação da <u>população residente no concelho</u>
	Aspectos Sociais	Melhoria das condições de habitabilidade, níveis de conforto e desempenho energético
		Redução dos fenómenos de pobreza exclusão social
Desenvolvimento Económico	Aspectos Económicos	Aumento do desenvolvimento económico a partir das componentes inovação e
		Setor turismo com valorização e promoção das características inovadoras de Santa Maria
Coesão Territorial	Ordenamento do Território	Promover a colmatação/contenção de perímetros urbanos
		Incremento, promoção dos modos suaves – uso de bicicleta e deslocações pedonais
Qualidade Ambiental	Água	Valorização, preservação e circularidade da água
	Ruído	Minimizar impacto nos receptores sensíveis
	Biodiversidade	Proteção da estrutura da vegetação com

Fator Crítico para a Decisão	Critérios	Objetivos
Património e Paisagem		funções ecológicas importantes e/ou específicas e de espécies de flora raras,
	Resíduos	Otimizar práticas de gestão de resíduos
	Alterações Climáticas	Estratégia de adaptação às alterações climáticas, promoção do aumento da
	Indústria	Atividades Industriais – Tipo I – minimizar impactos
Riscos Naturais e Tecnológicos	Património Histórico e Cultural	Aumentar as ações de promoção, valorização e preservação do património natural e edificado
	Paisagem	Promover qualificação, integração e legibilidade dos espaços urbanos, aumentando os rácios de espaços verdes e equipamentos de utilização coletiva
Riscos Naturais e Tecnológicos	Património Natural	Controlo e monitorização dos riscos naturais procurando assegurar quadro de adaptação e mitigação das situações de risco
	Riscos Tecnológicos	Controlo e monitorização dos riscos de incêndio florestal e tecnológicos procurando assegurar um quadro de atuação preventivo e de mitigação em cumprimento com o PMDFCI

4.- Avaliação Ambiental

De acordo com a descrição metodológica referida foi efetuada a avaliação ambiental de efeitos da revisão do PDMSMF sobre cada um dos Fatores Críticos.

4.1.- Desenvolvimento Social e Humano

Tendo por base o modelo estratégico de desenvolvimento apontado para o município perspetiva-se que a 2^a revisão do PDM venha a contribuir de forma positiva nos movimentos demográficos, não só através da fixação da população atualmente residente, mas também através da fixação de pessoas oriundas de municípios vizinhos. As dinâmicas locais e estrutura etária da população de Santa Maria da Feira é responsável por dinâmicas muito próprias e cujos efeitos se prolongam para lá das fronteiras do município. Estas características conferem a Santa Maria da Feira uma vantagem competitiva que não se vislumbra em muitos outros municípios envolventes da região. Depreende-se que ao valorizar e potenciar as características do território, a revisão do PDM poderá contribuir para o reforço das vantagens competitivas existentes e, consequentemente, reforçar a captação de alguma população dos municípios vizinhos.

Por outro lado, o seguimento das estratégias definidas pelo município irá proporcionar um efeito positivo na recuperação e projeção de infraestruturas, nomeadamente no que diz respeito às redes de saneamento de águas residuais, construção de parques industriais, infraestruturas rodoviárias e infraestruturas de abastecimento de água. Outro exemplo associado à recuperação/projeção de novas estruturas e igualmente capaz de interagir de modo positivo com o aumento das qualificações médias da população encontra-se vertido na Carta Educativa, designadamente nas propostas de intervenção por freguesia. Estas intervenções referidas irão permitir mais do que a mera recuperação/construção de infraestruturas uma vez que irá permitir melhorar as condições de ensino e cobertura do parque escolar. As mesmas intervenções poderão ainda ser responsáveis pela criação de empregos diretos e indiretos

No que refere ao parque habitacional destaque para o objetivo proposto de melhoria das condições de habitabilidade ao nível do parque habitacional do município assim como para promover o aumento de níveis de conforto e desempenho energético dos edifícios.

No que diz respeito às zonas verdes e de lazer a estratégia de desenvolvimento adotada pelo município pressupõe a continuação da promoção deste tipo de espaço de modo a potenciar a componente lúdica ao serviço da população concelhia e intermunicipal. Destaque para o exemplo da combinação entre os espaços verdes e as atividades culturais como é o caso do Europarque. Existe ainda o desígnio de, a longo prazo, planear uma rede de zonas verdes mais extensiva, tal como na Quinta do Engenho Novo e o Parque Urbano Condes de Fijó. Por outro lado, importa ainda destacar que ao nível da AMP a rede de parques da área metropolitana inclui algumas localizações no concelho de Santa Maria da Feira. Essas localizações constituem polos do denominado Parque de

Montalto, havendo a destacar o Polo do Parque das Ribeiras do Uíma, o Polo de Caldas de São Jorge e o Polo de Castro de Romariz. A prossecução desta estratégia municipal, a par da estratégia da AMP, terá repercussões ao nível do aumento dos espaços verdes e de lazer, aumento do bem-estar e ainda geração de empregos associados ao turismo de natureza e atividades ao ar livre.

Concluíndo, os objetivos, opções estratégicas e estudos de suporte à revisão do PDMSMF criam a expectativa de que a sua execução poderá ser responsável por efeitos positivos no que ao Desenvolvimento Social e Humano diz respeito.

A Tabela 5 mostra a avaliação de efeitos da revisão do PDMSMF sobre o Desenvolvimento Social e Humano.

Tabela 5: Avaliação dos efeitos da revisão do PDMSMF sobre o Desenvolvimento Social e Humano

FCD	Critério	Objetivo	Efeito
Desenvolvimento Social e Humano	Aspectos Demográficos	Criar condições que promovam a fixação da população residente no concelho.	+++
	Aspectos Sociais	Melhoria das condições de habitabilidade, níveis de conforto e desempenho energético dos edifícios.	+++
		Redução dos fenómenos de pobreza exclusão social	+++

Os efeitos positivos serão mais significativos na prossecução do objetivo relacionado com a fixação da população residente, recuperação de infraestruturas e melhoria do seu desempenho energético.

4.2.- Desenvolvimento Económico

Numa perspetiva económica e de acordo com as linhas e objetivos estratégicos definidos, estudos de base da revisão do PDMSMF e respetivas propostas, é expectável a existência de interações para com o ambiente económico local e até regional.

Numa perspetiva económica, e de acordo com os objetivos estratégicos definidos, estudos de base da 2^a revisão do PDM e respetivas propostas, é expectável a existência de interações para com o ambiente económico local e até regional. O modelo estratégico de desenvolvimento inerente à revisão do PDMSMF prevê o fomento de novas atividades e reforço de outras. Essas atividades incluem a aposta na Indústria, Comércio/Diversões, Turismo no Douro, Energias Alternativas, Saúde/Bem-estar, Tecnologia/Golfe e Serviços/Hotelaria.

O modelo estratégico de desenvolvimento tomado em consideração na revisão do PDMSMF poderá ser responsável pela fixação de novos negócios âncora nalgumas áreas consideradas até à data como pouco tradicionais em Santa Maria da Feira. A fixação desses novos negócios será responsável pela geração de novas dinâmicas económicas locais aumentando a riqueza produzida. Por conseguinte, a par do aumento de riqueza perspetiva-se a geração de novos e melhores empregos. Concomitantemente, estes negócios âncora e respetivos efeitos sobre o ambiente de negócios podem ser aglutinadores de novos investimentos em atividades direta ou indiretamente relacionadas com as mesmas, gerando emprego indireto.

De acordo com o modelo estratégico seguido na revisão do PDMSMF o turismo da Natureza, por exemplo associado ao Douro e seus afluentes, assume especial destaque devido ao potencial existente por explorar. A exploração do turismo associado ao Douro poderá ser alavancado por intermédio de outras propostas existentes (de implantação no curto/médio prazo) noutras municípios e que pretendem tirar partido das condições excepcionais do Vale do Douro. O município de Santa Maria da Feira poderá tirar partido desses cenários de desenvolvimento, não competindo diretamente e necessariamente com estabelecimentos/atividades localizadas no Alto Douro Vinhateiro e Douro Superior. O aproveitamento do rio Douro enquanto recurso turístico e económico poderá ser feito tirando proveito da proximidade com a cidade do Porto e Gaia e também de Aveiro, fazendo a ligação do turismo da Natureza ao turismo histórico e cultural.

De entre os objetivos da 2.ª revisão do PDMSMF há a destacar a promoção da inovação e do empreendedorismo qualificado tendo por base um município altamente industrializado. Esta aposta está naturalmente associada à fixação de população residente no concelho e ao aumento das qualificações médias da população.

Resumindo, os objetivos, opções estratégicas e estudos de suporte à revisão do PDMSMF permitem antever a existência de efeitos positivos no que ao Desenvolvimento Económico diz respeito. A Tabela 6 mostra a avaliação de efeitos da revisão do PDMSMF sobre o Desenvolvimento Económico.

Tabela 6: Avaliação dos efeitos da revisão do PDM sobre o Desenvolvimento Económico

FCD	Critério	Objetivo	Efeito
Desenvolvimento Económico	Aspetos Económicos	Aumento do desenvolvimento económico a partir das componentes inovação e empreendedorismo	+
		Setor turismo com valorização e promoção das características inovadoras de Santa Maria da Feira.	+

De entre os principais efeitos positivos há a destacar aqueles associados à captação de inovadores projetos industriais e às iniciativas de promoção do turismo da Natureza.

4.3.-Coesão Territorial

Numa perspetiva relativa à coesão territorial e de acordo com as linhas e objetivos estratégicos definidos, estudos de base da revisão do PDM e respetivas propostas, é expectável a existência de interações para com o ordenamento do território.

A revisão do PDMSMF, os respetivos documentos e diversas ações tomadas até à data permitiram garantir maior robustez técnica à REN, RAN e às áreas associadas ao domínio hídrico e de mitigação das situações de risco. Além disso foi possível determinar uma ocupação do território que, mesmo obedecendo aos padrões de décadas de uso, permitiu uma maior harmonia relativamente aos interesses económicos e interesses sociais existentes localmente. Exemplos incluem a contenção de perímetros urbanos, a recuperação e manutenção de edifícios no solo urbano e a qualificação, integração e legibilidade dos espaços urbanos, aumentando os rácios de espaços verdes e equipamentos de utilização coletiva.

Na sequência do PDM anterior procura-se manter uma maior coerência ao uso do território com o objetivo de alcançar uma ocupação mais harmoniosa e mais sustentável do território por parte das atividades económicas e população. Esta revisão tem um maior enfoque no controlo e monitorização dos riscos naturais procurando assegurar quadro de adaptação e mitigação das situações de risco.

No que refere à mobilidade ambiciona-se implementar medidas que promovam os modos suaves, tais como o uso de bicicleta e as deslocações pedonais, assim como a crescente utilização de transportes públicos

Pelo exposto, os objetivos, opções estratégicas e estudos de suporte à revisão do PDMSMF permitem antever a existência de efeitos globalmente positivos no que ao Desenvolvimento Económico diz respeito. A Tabela 7 mostra a avaliação de efeitos da revisão do PDMSMF sobre a Coesão Territorial.

Tabela 7: Avaliação dos efeitos da revisão do PDM sobre a Coesão Territorial

FCD	Critério	Objetivo	Efeito
Coesão Territorial	Ordenamento do Território	Promover a colmatação/contenção de perímetros urbanos	++
		Incremento, promoção dos modos suaves – uso de bicicleta e deslocações pedonais	++

De entre os principais efeitos positivos há a destacar aqueles associados à uma ocupação mais harmoniosa e mais sustentável do território por parte das atividades económicas e população.

4.4.-Qualidade Ambiental

A avaliação de efeitos sobre a qualidade ambiental é realizada de acordo com as interações expectáveis sobre os aspetos económicos relativamente aos objetivos gerais e estruturantes,

propostas e demais documentos de apoio à 2^a revisão do PDMSMF. A análise dividiu-se em diferentes temáticas ambientais, nomeadamente: biodiversidade; água; solo; atmosfera; e, ruído. Apresenta-se de seguida para cada tema referido uma descrição dos resultados da avaliação.

As interações entre a biodiversidade e a 2^a revisão do PDMSMF podem ser consideradas como sendo de baixa magnitude. De entre as várias linhas de ação a tomar em consideração na revisão do PDM, há a destacar a vontade de fomentar as práticas agrícolas no município. O abandono agrícola de determinados locais tem vindo a possibilitar a regeneração de alguns bosquetes de quercíneas, efeito considerado positivo no âmbito da estrutura da vegetação e habitats. Esta regeneração é efetuada através de processos sucessionais considerados como normais, todavia, uma retoma das explorações agrícolas no concelho iria permitir manter os mosaicos de habitats, considerados importantes na diversidade biológica das espécies, antevendo-se assim um efeito positivo sobre a biodiversidade.

Do ponto de vista da biodiversidade e dos espaços naturais, a estratégia e orientações da AMP prevê para o município de Santa Maria da Feira locais que farão parte da futura rede de parques metropolitanos da referida área metropolitana. Os locais propostos correspondem a três polos: Ribeiras do rio Uímas, Caldas de São Jorge e Castro de Romariz. A constituição desta rede de parques metropolitanos será responsável por efeitos positivos sobre os habitats e espécies de fauna e flora, e manutenção de espaços naturais/semi-naturais.

Por outro lado, tendo em consideração a execução do Modelo Estratégico de Desenvolvimento a seguir pelo Município antevê-se a possibilidade de ocorrência de alguns conflitos no que à biodiversidade diz respeito. Algumas das propostas existentes no PDM, com destaque para aquelas associadas ao turismo no Douro, à aposta nas energias renováveis e à execução de novas vias rodoviárias, poderão ser responsáveis por efeitos negativos sobre a biodiversidade. Estes efeitos negativos possuem baixa significância essencialmente devido ao facto de não existir no concelho de Santa Maria da Feira nenhum local pertencente ao SNAC e ao manifesto baixo valor de conservação da generalidade das espécies animais e vegetais existentes

Relativamente à Água, e no que diz respeito à política municipal de prossecução das redes de saneamento de águas residuais e redes de abastecimento de água, a revisão do PDMSMF irá privilegiar o alcance dos objetivos definidos no PEASAR2020. No seguimento da estratégia seguida até ao momento com o atual PDM, no que diz respeito à política municipal de prossecução das redes de saneamento de águas residuais e redes de abastecimento de água, a revisão do mesmo irá privilegiar o alcance dos objetivos definidos no PEASAR2020. A revisão do PDM permitiu aperfeiçoar a carta de REN e de RAN existente no município bem como as áreas de risco de cheia, promovendo a proteção das águas superficiais e das respetivas áreas circundantes. O seguimento e execução do Modelo Estratégico de Desenvolvimento preconizado para o município será responsável pela gênese de novas dinâmicas territoriais locais pelo que a pressão sobre as águas superficiais e subterrâneas poderá ser ligeiramente incrementadas. Por outro lado, a prossecução das redes de abastecimento e de drenagem serão responsáveis pelo incremento da qualidade dos recursos hídricos. Além disso, o

aumento de ligações à rede de drenagem de águas residuais conduz à desativação das fossas sépticas existentes, eliminando-se desse modo focos de contaminação das águas subterrâneas, que embora sejam de pequena dimensão se encontravam espalhados em grande número pelo território municipal. Por outro lado, o tratamento de águas residuais efetuado nas ETAR faz com que a descarga dos efluentes tratados não interfiram com a qualidade das águas superficiais existentes nos cursos de água.

A reutilização de água contribui para o uso sustentável dos recursos hídricos, na medida em que promove o ciclo urbano da água e, consequentemente, a manutenção de água no ambiente. Uma dada água residual, desde que seja tratada a um nível compatível com determinados usos, garantindo assim que não constitui um risco para a saúde, pública e humana, e/ou ambiente, poderá ser reutilizada múltiplas vezes para esse mesmo fim. Nessa perspectiva, e com o objetivo de avaliar o potencial da recirculação de águas tratadas em ETARs, é ambição avançar com demonstrações do potencial de reutilização dos efluentes de ETARs para uso não potável. Este potencial poderá ser uma fonte alternativa contínua de água em períodos de diminuição de pluviosidade ou de secas prolongadas

Os estudos de base efetuados para a anterior revisão do PDM permitiram a redefinição da carta de RAN de modo a obedecer a novos critérios técnicos e efetuar acertos à rede de RAN definida em sede do PDM de 1.ª geração. A revisão do PDM permitiu assim efetivar a nova carta de RAN (e de REN) conferindo proteção acrescida aos solos mais férteis do concelho.

As novas dinâmicas territoriais resultantes da aplicação do Modelo Estratégico de Desenvolvimento do município de Santa Maria da Feira poderão acarretar pressão sobre o solo devido a um maior uso e existência de atividades na envolvente que possam conduzir à sua degradação. Não obstante este facto perspetiva-se que os efeitos negativos sobre este aspeto sejam praticamente nulos uma vez que são o regulamento e o zonamento da revisão do PDM que norteiam a ocupação do solo no território do município de Santa Maria da Feira pelo que não poderão ser ocupados locais sem aptidão para o efeito, como definido em sede de PDM.

Por outro lado, a aplicação do novo PDM permitirá uma consulta facilitada e à prova de erro no que à ocupação do território diz respeito, contribuindo dessa forma para que não sejam ocupados com solicitações não previstas no regulamento.

Tendo por base os estudos elaborados em sede de revisão do PDM e considerando a estratégia de desenvolvimento do município de Santa Maria da Feira não se perspetivam interações de relevo entre a revisão do PDMSMF e a qualidade da atmosfera. Ainda assim, convém referir que o Modelo Estratégico de Desenvolvimento prevê a melhoria das acessibilidades locais e regionais, nomeadamente através da construção do denominado Eixo das Cortiças, via rodoviária que iria permitir encurtar distâncias – consumos e emissões – essencialmente para quem se desloca na direção Este–Oeste do município. Além do referido importa ainda destacar que um dos estudos de base para a revisão do PDM incidiu sobre a mobilidade pelo que o processo de revisão efetuado teve

em linha de conta as considerações avançadas pelo referido estudo de modo a tornar o transporte mais eficiente e com menos emissões de gases com efeito de estufa

Os serviços dos ecossistemas ou serviços ambientais traduzem os benefícios que a humanidade retira dos ecossistemas, e podem incluir bens materiais e/ou serviços imateriais. As áreas florestais, por exemplo, além dos produtos mais imediatos como madeira, cortiça, resina, e frutos ou sementes, também contribuem para reduzir a poluição do ar, retendo partículas e poeiras, e para a purificação da água, capturam e armazenam carbono; reduzem a probabilidade de cheias e influenciam a precipitação a nível local e regional. Além disso, são também um espaço de lazer e recreio, com impactes muito positivos na saúde física e mental dos seus utilizadores, e melhoraram a qualidade estética da paisagem.

Com a 2^a revisão do PDMSMF procura-se promover a natureza ambiental alinhando os interesses da sociedade e das gerações futuras com os dos proprietários e gestores da terra. Estas ações pretendem promover a devida valorização da propriedade rural e a promoção da sua gestão sustentável, evitando problemas graves que implicam elevados custos económicos, sociais e ambientais, tais como o abandono rural, a desertificação e os fogos em áreas rurais.

De acordo com os estudos de suporte à revisão do PDM procedeu-se à classificação do território municipal em zonas mistas e sensíveis, através da produção de mapas de ruído, de acordo com a ocupação preconizada. A existência de um zonamento acústico vincula determinados níveis de ruído para dois períodos distintos: período do entardecer e período noturno O zonamento acústico efetuado pretende garantir a prevenção do ruído e a qualidade do ambiente sonoro de modo a proteger o bem-estar e a saúde humana.

Com o seguimento da estratégia inerente à 2.^a revisão do PDMSMF perspetiva-se que o território de Santa Maria da Feira protagonize novas dinâmicas. Essas novas dinâmicas serão responsáveis pela maior afluência de pessoas a determinados locais com a consequente geração de ruído provocado pela permanência e pelas atividades conexas. A construção e exploração de novas vias rodoviárias poderá igualmente ser responsável pelo aumento dos níveis de ruído gerados. De todo o modo, e tendo em consideração o processo de zonamento acústico efetuado, espera-se que os efeitos negativos sobre o ambiente sonoro não sejam considerados importantes

Por fim, e no que refere ao ruído, de acordo com os estudos de suporte à revisão do PDMSMF, procedeu-se à classificação do território municipal em zonas mistas e sensíveis, através da produção de mapas de ruído, de acordo com a ocupação preconizada. A existência de um zonamento acústico vincula determinados níveis de ruído para dois períodos distintos: período do entardecer e período noturno O zonamento acústico efetuado pretende garantir a prevenção do ruído e a qualidade do ambiente sonoro de modo a proteger o bem-estar e a saúde humana.

Com o seguimento da estratégia inerente à revisão do PDMSMF perspetiva-se que o território de Santa Maria da Feira protagonize novas dinâmicas. Essas novas dinâmicas serão responsáveis pela maior afluência de pessoas a determinados locais com a consequente geração de ruído provocado

pela permanência e pelas atividades conexas. A construção e exploração de novas vias rodoviárias poderá igualmente ser responsável pelo aumento dos níveis de ruído gerados. De todo o modo, e tendo em consideração o processo de zonamento acústico efetuado, espera-se que os efeitos negativos sobre o ambiente sonoro não sejam considerados importantes.

Os objetivos, opções estratégicas e estudos de suporte à revisão do PDMSMF permitem antever a existência de efeitos globalmente positivos sobre a Qualidade Ambiental (Tabela 8).

Tabela 8: Avaliação dos efeitos da revisão do PDM sobre a Qualidade Ambiental

FCD	Critério	Objetivo	Efeito
Qualidade Ambiental	Água	Valorização, preservação e circularidade da água	++
	Ruído	Minimizar impacto nos receptores sensíveis	+
	Biodiversidade	Proteção da estrutura da vegetação com funções ecológicas importantes e/ou específicas e de espécies de flora raras, endémicas, localizadas, ameaçadas ou em perigo de extensão	+
		Combate a espécies (fauna e flora) invasoras	
	Resíduos	Otimizar práticas de gestão de resíduos	+
	Alterações Climáticas	Estratégia de adaptação às alterações climáticas, promoção do aumento da eficiência energética e redução de emissões CO2	+
	Indústria	Atividades Industriais – Tipo I – minimizar impactos	+

Destacam-se os efeitos positivos sobre a água e sobre a biodiversidade essencialmente pela continuidade da estratégia de expansão das redes distribuição de água e de tratamento de águas residuais. Ao nível da biodiversidade destacam-se os efeitos positivos associados à valorização das espécies autóctones e ao controlo das infestantes sem desvalorizar alguns efeitos negativos sobre elementos da flora e da fauna que poderão ser pressionados com a 2.ª revisão do PDM, por exemplo, associado à promoção do Turismo Natural. Por último de destacar as iniciativas de combate às alterações climáticas.

4.5.- Património e Paisagem

A avaliação de efeitos sobre o património e a paisagem foi realizado tendo por base as interações expectáveis sobre o Património Histórico e Cultural e sobre a Paisagem relativamente aos objetivos gerais e estruturantes, propostas e demais documentos de apoio à revisão do PDMSMF.

No decorrer da elaboração dos trabalhos associados à 2.ª revisão do PDMSMF procedeu-se à elaboração de uma Carta de Património Arqueológico com o objetivo de aprofundar o conhecimento das jazidas arqueológicas já anteriormente referenciadas e identificar as áreas com sensibilidade patrimonial, nomeadamente zonas de culto e centros históricos. Os trabalhos efetuados permitiram mapear, à luz dos conhecimentos atuais, a ocupação humana ao longo dos tempos neste território, de modo a salvaguardar quaisquer afetações de carácter negativo no património arqueológico. Os trabalhos associados à produção da Carta de Património Arqueológico constituem ainda um instrumento de trabalho de apoio à gestão do território através da cartografia de referências e de fichas de inventário.

De acordo com os elementos da revisão do PDMSMF e os trabalhos elaborados, identifica-se um efeito muito positivo sobre os aspetos associados ao património histórico e cultural. A revisão do PDMSMF permitiu aprofundar o conhecimento da situação existente e encontra-se dotado de ferramentas capazes de detetar e inviabilizar procedimentos que possam atentar à integridade do património descrito, nomeadamente por intermédio de ações de ocupação do território e urbanização. Por outro lado, não parece viável considerar que o Modelo Estratégico de Desenvolvimento do concelho de Santa Maria da Feira possa conflitar com as questões associadas ao património histórico e cultural, nomeadamente devido ao facto de depender dele e de poder vir a utilizá-lo para a promoção de atividades e fomento da atividade turística.

Tendo por base os elementos e estudos de suporte à 2^a revisão do PDMSMF e a situação existente perspetiva-se que a revisão do PDMSMF não venha a conflitar de modo sério sobre a paisagem. O Modelo Estratégico de Desenvolvimento augurado pelo município poderá ser responsável pela artificialização de algumas porções do território, embora estruturando-o, principalmente nos locais onde a ocupação humana é evidente. Identifica-se assim um efeito positivo sobre a paisagem e respetivos elementos

Os objetivos, opções estratégicas e estudos de suporte à revisão do PDMSMF permitem antever a existência de efeitos globalmente positivos sobre o Património e Paisagem (Tabela 9).

Tabela 9: Avaliação dos efeitos da revisão do PDM sobre o Património e a Paisagem

FCD	Critério	Objetivo	Efeito
Património e Paisagem	Património Histórico e Cultural	Aumentar as ações de promoção, valorização e preservação do património natural	++
	Paisagem	Promover qualificação, integração e legibilidade dos espaços urbanos, aumentando os rácios de espaços verdes e equipamentos de utilização coletiva	++

Há a destacar os efeitos positivos sobre o património cultural e histórico na medida em que se considera que a revisão do PDM vem efetivamente contribuir para o incremento do controlo e

proteção do património arqueológico e histórico. Relativamente à paisagem identificaram-se efeitos de natureza positiva associados à valorização do património natural existente.

4.6.–Riscos Naturais e Tecnológicos

Os principais riscos naturais identificados incluem:

- Sismos: Proximidade de falhas geológicas ativas torna a região suscetível a eventos sísmicos.
- Cheias e Inundações: Eventos de precipitação intensa podem levar a cheias, especialmente em áreas ribeirinhas.
- Incêndios Florestais: Vegetação densa e condições climáticas propiciam incêndios.

De acordo com os elementos da revisão do PDMSMF e os trabalhos elaborados, identifica-se um efeito muito positivo sobre os aspetos associados aos riscos Naturais. A revisão do PDMSMF permitiu aprofundar o conhecimento da situação existente e encontra-se dotado de ferramentas capazes de detetar e inviabilizar procedimentos que possam atentar à integridade do património descrito, nomeadamente por intermédio de ações de ocupação do território e urbanização. Por outro lado, não parece viável considerar que o Modelo Estratégico de Desenvolvimento do concelho de Santa Maria da Feira possa conflitar com as questões associadas ao património Natural, nomeadamente devido ao facto de depender dele e de se propor utilizá-lo para a promoção do Concelho e fomento da atividade turística.

Os principais riscos tecnológicos identificados incluem:

- Acidentes Industriais: Presença de indústrias químicas aumenta o potencial de acidentes.
- Transporte de Materiais Perigosos: Vias rodoviárias e ferroviárias são rotas frequentes para substâncias perigosas.

As atividades industriais que se encontram classificadas como atividades de risco encontram-se licenciadas e cumprem os requisitos legalmente impostos. No que refere aos transportes de mercadorias perigosas existem riscos associados a estas atividades em particular pela proximidade das populações às vias principais de circulação.

Os objetivos, opções estratégicas e estudos de suporte à revisão do PDMSMF permitem antever a existência de efeitos globalmente positivos sobre os Ricos Naturais e Património e Paisagem (Tabela 10).

Tabela 10: Avaliação dos efeitos da revisão do PDM sobre os Riscos Naturais e Tecnológicos

FCD	Critério	Objetivo	Efeito
Riscos Naturais e	Património Natural	Controlo e monitorização dos riscos naturais procurando assegurar quadro de adaptação e mitigação das situações de	++

Tecnológicos	risco	
Riscos Tecnológicos	Controlo e monitorização dos riscos de incêndio florestal e tecnológicos procurando assegurar um quadro de atuação preventivo e de mitigação em cumprimento com o PMDFCI	+

Há a destacar os efeitos positivos sobre o património Natural na medida em que se considera que a revisão do PDM vem efetivamente contribuir para o incremento do controlo e proteção de riscos Naturais e Tecnológicos.

5.- Governança e Monitorização da 2.ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Santa Maria da Feira

Nos termos do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, é responsabilidade das entidades encarregues da elaboração de planos ou programas monitorizar e controlar os efeitos significativos no ambiente decorrentes da sua aplicação e execução. Este processo visa identificar e corrigir, de forma atempada, eventuais impactos negativos imprevistos. Assim, no âmbito da AAE, foram definidos princípios e abordagens para a monitorização do Plano.

A avaliação ambiental do processo da 2^a revisão do PDMSMF surgiu da oportunidade de atualização deste instrumento de planeamento de acordo com a evolução observada no concelho desde a data do último exercício (2015). A 2.ª revisão do PDM de Santa Maria da Feira apresenta uma contribuição efetiva e positiva para o desenvolvimento sustentável local e regional na medida em que foi desenvolvido tendo em consideração os grandes pressupostos de desenvolvimento sustentável.

5.1.-Governança para a Ação

Seguidamente é apresentado uma proposta de governança institucional e de participação, com entidades e ações que permitirão, de forma articulada, atingir os objetivos de sustentabilidade identificados para cada um dos FCD, facilitando a implementação das orientações estratégicas e um melhor desempenho da 2^a revisão do PDMSMF.

Câmara Municipal Santa Maria da Feira

Fomentar o diálogo contínuo com entidades locais (Juntas de Freguesia, entre outras), regionais (autarquias vizinhas) e nacionais (Ministérios), bem como com a população, utilizando diferentes formas de participação e divulgação pública. Promover a articulação eficaz entre os diversos departamentos internos da Câmara Municipal para assegurar a concretização dos objetivos e metas do PDMSMF, tanto na execução quanto nos objetivos a médio e longo prazo. Adequar a rede viária às necessidades locais de mobilidade, reduzindo assimetrias no acesso às funções urbanas. Seguir metas nacionais e comunitárias relacionadas à proteção ambiental e redução de impactos, como a ampliação do acesso ao saneamento básico. Preservar a identidade local, incentivando práticas culturais e fomentando atividades de lazer e recreio em espaços naturais e rurais, integradas a ações de educação ambiental para jovens. Diversificar as atividades económicas, reduzindo a dependência de monoespecializações, e promover a produção e consumo local de energia renovável. Manter a colaboração com o sistema municipal de proteção civil, assegurando dados atualizados sobre riscos naturais e tecnológicos, contribuindo para uma gestão integrada e resiliente do território.

APA

A CMSMF terá uma interação estreita e contínua com a Agência Portuguesa do Ambiente (APA) no âmbito da Avaliação Ambiental Estratégica (AAE), garantindo a integração de políticas e medidas

ambientais nos processos de planeamento e gestão territorial. Esta interação inclui o envio e validação de dados relacionados com fatores ambientais críticos, como qualidade do ar, gestão sustentável dos solos, estado das massas de água e mitigação das alterações climáticas. A Câmara contará com o suporte técnico e estratégico da APA para monitorizar indicadores ambientais, alinhar metas locais com objetivos nacionais e europeus, como os definidos no PNEC 2030, e implementar planos de ação para melhoria ambiental. A colaboração será essencial para a adoção de medidas preventivas e corretivas em áreas como gestão de recursos hídricos, redução de emissões poluentes, proteção do solo e adaptação às alterações climáticas, assegurando que as decisões locais sejam sustentáveis e alinhadas com as melhores práticas ambientais.

CCDRN

Prestar apoio técnico contínuo à autarquia, acompanhando e avaliando os resultados da monitorização ambiental nos domínios do ar, ruído e resíduos, garantindo a funcionalidade das redes e equipamentos de monitorização. Informar prontamente sobre a superação de limiares de alerta relacionados à qualidade do ar, assegurando o cumprimento das normas de prevenção e controlo das emissões poluentes para a atmosfera, bem como promover a elaboração e implementação de planos de ação para a melhoria da qualidade do ar. Fomentar e analisar estudos e pareceres de âmbito ambiental na região, contribuindo para o desenvolvimento sustentável. Continuar a definir objetivos e metas claros para a proteção dos recursos hídricos locais, alinhados com as prioridades regionais e nacionais.

ANEPC

A CMSMF terá uma interação próxima com a ANEPC no âmbito da gestão e mitigação de riscos naturais e tecnológicos, assegurando uma abordagem integrada e eficaz no planeamento territorial. Essa interação inclui a articulação para a atualização e aplicação de planos municipais, como o Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil e o Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, garantindo que os mesmos estejam alinhados com os quadros legais e as melhores práticas. A CMSMF deverá fornecer à ANEPC dados atualizados sobre áreas de risco, como cheias, incêndios florestais, sismos e acidentes industriais, e implementar medidas preventivas sugeridas, como a delimitação de zonas de segurança, reforço de infraestruturas vulneráveis e mapeamento detalhado de áreas críticas. Além disso, a colaboração visa garantir que os cenários de riscos identificados sejam considerados nos instrumentos de gestão territorial, bem como a capacitação contínua das entidades locais para responder a emergências. Este trabalho conjunto fortalecerá a resiliência local, promovendo a segurança de pessoas, bens e do ambiente, enquanto assegura o cumprimento dos objetivos de prevenção e mitigação a nível nacional.

DRAPN

Disponibilizar dados sobre pareceres relacionados com áreas inutilizadas da RAN e incentivar iniciativas e projetos de intervenção no espaço rural, incluindo programas e planos integrados de desenvolvimento rural que promovam a sustentabilidade e a revitalização do território.

INDAQUA

Assegurar a gestão eficiente dos sistemas de abastecimento e saneamento visando alcançar os objetivos nacionais para a cobertura de saneamento básico local. Atualizar e produzir indicadores, metas e objetivos relativos aos diversos fatores ambientais, garantindo a atualização contínua da informação sobre os indicadores provenientes da monitorização dos recursos hídricos locais.

ICNF

Gerir o património florestal do Estado, desenvolver e implementar políticas para a gestão de áreas comunitárias, regulamentar a administração de espaços florestais privados, fomentar a criação e acompanhamento das ZIF, apoiar o associativismo e modelos de gestão sustentável em áreas privadas, administrar o património edificado e fornecer dados sobre autorizações de utilização em áreas florestais.

População em Geral

Promover a participação ativa da população nos processos de consulta pública, promovendo a participação e a transparência. Incentivar e ampliar a produção local de energia renovável, através da microgeração, bem como o seu consumo, fomentando a sustentabilidade energética no território.

5.2.-Monitorização da 2.ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Santa Maria da Feira

Tendo em consideração os critérios e objetivos definidos em cada FCD propõe-se um plano de acompanhamento, conforme apresentado na Tabela 11.

Tabela 11: Descrição abreviada do plano de acompanhamento da 2ª revisão do PDMSMF

Fator Crítico para a Decisão	Objetivo	Indicador de Monitorização	Unidade de Medida	Periodicidade	Fonte
Desenvolvimento Social e Humano	Melhoria das condições de habitabilidade, níveis de conforto e desempenho energético dos edifícios.	Total de famílias com carência de habitação - Estratégia Local de Habitação	n.º	anual	Autarquia (DASQV)
	Criar condições que promovam a fixação da população residente no concelho.	Taxa de crescimento efetivo da população	n.º	10 em 10 anos	Censos
Desenvolvimento Económico	Aumento do desenvolvimento económico a partir das componentes inovação e empreendedorismo	N.º de novas pessoas coletivas por CAE	n.º	anual	INE/PORDATA

Fator Crítico para a Decisão	Objetivo	Indicador de Monitorização	Unidade de Medida	Periodicidade	Fonte
	Setor turismo com valorização e promoção das características inovadoras de Santa Maria da Feira.	N.º visitantes	n.º	anual	Autarquia
Coesão Territorial	Promover a colmatação/contenção de perímetros urbanos	Proporção de solo rústico e urbano impermeabilizado (%)	Índice de impermeabilização das novas operações urbanísticas	anual	Autarquia (PDM/SIG)
		Programação da execução de solo urbano	Execução da Programação do solo urbano	anual	Autarquia (PDM/SIG)
	Incremento, promoção dos modos suaves – uso de bicicleta e deslocações pedonais	Rede pedonal e ciclovias – extensão de passeios novos ou reabilitados	km	anual	Autarquia
Qualidade Ambiental	Proteção da estrutura da vegetação com funções ecológicas importantes e/ou específicas e de espécies de flora raras, endémicas, localizadas, ameaçadas ou em perigo de extensão	Evolução da melhoria da conetividade ecológica, corredores verdes e/ou azuis através da valorização/renaturalização de linhas de água e galerias rípicas associadas ;	km linear	anual	Autarquia (DA)
	Combate a espécies (fauna e flora) invasoras	Ações de controlo de plantas invasoras; Área de intervenção no controlo de plantas invasoras, por espécie;	n.º m ² /espécie	anual	Autarquia (DA)
	Valorização, preservação e circularidade da água	Massas de água superficiais e subterrâneas em estado global Bom ou Superior	n.º n.º/n.º total das massas água (%)	anual	APA
		N.º de projetos de reutilização de água para reuso para diferentes tipologias	n.º, m ³ água consumida	anual	Autarquia/INDAQUA
	Ruído. Redução do Impacto	Quantificação de número de edifícios em zonas de conflito ao ruído	n.º	anual	Autarquia
	Resíduos. Práticas de gestão de resíduos adequadas	Recolha seletiva	kg/hab/ano	anual	Autarquia/Suldouro
	Alterações Climáticas. Promoção do aumento da eficiência energética e redução de emissões CO2	Evolução da classificação energética do edificado N.º de projetos desenvolvidos para redução de emissões CO2	n.º	anual	Autarquia, juntas de freguesia

Fator Crítico para a Decisão	Objetivo	Indicador de Monitorização	Unidade de Medida	Periodicidade	Fonte
Património e Paisagem	Aumentar as ações de promoção, valorização e preservação do património natural e cultural	Ações de valorização do espaço natural e de promoção/recuperação do património cultural: i) trilhos e percursos interpretativos e valorização/divulgação do património edificado/arqueológico inventariado; ii) Parques e áreas de valor natural;	n.º	anual	Autarquia; APA
	Promover qualificação, integração e legibilidade dos espaços urbanos, aumentando os rácios de espaços verdes e equipamentos de utilização coletiva	Disponibilidade de áreas dedicadas a espaços verdes e a equipamentos integrados no domínio municipal (público e privado) e a espaços verdes	n.º; ha	anual	Autarquia;
Riscos Naturais e Tecnológicos	Controlo e monitorização dos riscos naturais procurando assegurar quadro de adaptação e mitigação das situações de risco	Número de edifícios em áreas suscetíveis a risco de inundaçao e cheias	n.º	anual	Autarquia
	Controlo e monitorização dos riscos de incêndio florestal e tecnológicos procurando assegurar um quadro de atuação preventivo e de mitigação em cumprimento com o PMDFCI	Acidentes industriais e de transporte de matérias primas (derrames, explosões e incêndio)	n.º	anual	Autarquia;
		Evolução da área ardida	%	anual	Autarquia;